

# **MENSAGEM**

À ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA **2016**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PALÁCIO TIRADENTES

# **MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Apresentada na reunião inaugural da segunda sessão legislativa  
ordinária da décima oitava legislatura**

**BELO HORIZONTE – MG**

**2016**



MENSAGEM Nº 128, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Senhoras e Senhores Deputados,

Encaminho à Vossa Excelência, para conhecimento dessa egrégia Assembleia Legislativa, mensagem expondo a situação do Estado, os destaques do primeiro ano de mandato e os desafios e perspectivas frente ao planejamento estadual, nos termos do inciso X do artigo 90 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Durante todo o ano de 2015, estabeleceu-se uma salutar parceria entre os Poderes Executivo e Legislativo, que teve como premissa o bem do povo mineiro. O debate franco permitiu ao Poder Executivo encaminhar e aprovar nesta Casa projetos vitais para o desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado com o objetivo maior de promover, de fato, a redução das desigualdades regionais.

A mudança da matriz de gestão política e econômica estadual, construída por meio do constante diálogo com a Assembleia e a população, revalorizou as atividades de planejamento e se expressou na adoção de uma nova metodologia de elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, marcada pelo envolvimento de todos os órgãos e entidades estaduais e pela participação da sociedade, a partir da instalação dos Fóruns Regionais de Governo em cada um dos 17 Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Em todas as etapas dos Fóruns Regionais de Governo, a Assembleia Legislativa atuou como aliada e parceira no aprofundamento do processo democrático, na concepção de um novo modelo de desenvolvimento econômico orientado pela inclusão social, pela busca de maior equilíbrio regional e de parâmetros ambientais sustentáveis, que permitirão um novo ciclo de transformações estruturais, sociais e culturais de nosso Estado com a consequente melhoria da condição de vida de todos os mineiros.



Diante de um cenário nacional e internacional de retração econômica, tendo em vista a perspectiva de tímido crescimento, trabalhou-se na Reforma Administrativa do Estado e na revisão da Lei Orçamentária – LOA –, com reestimativa das projeções de receitas e despesas ajustadas a uma nova conjuntura econômica, bem como na necessária revisão tributária visando ao reequilíbrio das finanças do Estado.

Não menos importante foi a instituição da nova política remuneratória para os servidores da Educação, fruto de um acordo histórico entre o Governo e as entidades representativas dos trabalhadores da Educação, medida essencial para a valorização desses profissionais.

Diante do maior desastre ambiental da história do nosso Estado – o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana –, os Poderes Estaduais tiveram atuação destacada, cabendo ressaltar que esta Assembleia Legislativa criou a Comissão Extraordinária das Barragens e participou ativamente da Mesa de Diálogo de Conflitos Urbanos e Rurais, contribuindo decisivamente para o processo de diálogo com a população atingida e negociação com as empresas.

Outra importante medida foi a regulamentação do repasse dos depósitos judiciais ao Executivo Estadual, o que só foi possível devido ao esforço mútuo dos três Poderes em benefício do equilíbrio financeiro do Estado. Esta medida foi fundamental para manter a relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) x Receita Corrente Líquida (RCL) em 198,66%, abaixo do limite legal de 200% e, ao mesmo tempo, auxiliar no financiamento da previdência social, no pagamento de precatórios e na amortização da dívida do Estado com a União.

Visando ao equilíbrio do orçamento, o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais e a redução das desigualdades regionais a LOA 2016, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – foram aprovados com a colaboração das sugestões e pleitos parlamentares que enriqueceram seus conteúdos. Juntos, esses instrumentos irão orientar, nos próximos anos, as ações setoriais de cada órgão e entidade do Governo, promovendo sinergia entre as várias políticas setoriais.

Para além dos notórios desafios relativos às contas públicas, apresento-lhes ainda, anexa a esta mensagem, as realizações dos diversos setores em consonância com as demandas da população, que sintetiza a atual situação Estadual.



Por fim, ressalto a importância do apoio dos Deputados desta Casa, sem o qual não seria possível organizar um sistema de Governo e de administração do Estado baseado numa efetiva participação e organização social. O envolvimento desta Casa, composta por representantes das diversas regiões de Minas, certamente foi fundamental para darmos os primeiros passos em direção a um novo modo de governar, mais próximo das necessidades de cada região, para construir um Estado socialmente justo e economicamente vigoroso.

Ante a todo exposto, renovo aos nobres Parlamentares os votos de uma sessão legislativa plena de realizações, reafirmando nosso compromisso com o Estado, com o equilíbrio fiscal, preservando investimentos em saúde, segurança pública e educação, e com a sociedade mineira.

Reitero a Vossas Excelências as considerações de estima.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

Governador do Estado



## 1. SITUAÇÃO FISCAL

O ano de 2015 iniciou-se com um cenário bastante conturbado para o País, reflexo de um ambiente político e econômico desafiador. O Governo eleito em 2014, assumiu o Estado em situação crítica no que diz respeito às contas públicas, tendo em vista que o exercício 2014 terminou com déficit orçamentário na ordem de R\$ 2,165 bilhões, além dos inúmeros compromissos assumidos pela gestão anterior com elevado impacto financeiro, que tiveram grande repercussão sobre a gestão das contas públicas.

Diante de tal complexidade, o governo atual, como primeira ação de sua gestão, promoveu um amplo estudo que buscou diagnosticar a verdadeira situação fiscal em que se encontrava o Estado de Minas Gerais. Como resultado, foi realizado um diagnóstico nos primeiros noventa dias do mandato que identificou a situação de fragilidade das contas públicas mineiras, assim como o retrato dos principais temas afetos à atuação governamental, como: agricultura; água; cidade administrativa; cultura; desenvolvimento social; educação; gestão e obras; inovação; meio ambiente; saúde e segurança ([www.diagnostico.mg.gov.br](http://www.diagnostico.mg.gov.br)).

Em sequência, o governo, diante dos dados verificados e visando o máximo de transparência possível à sua gestão orçamentária e financeira, promoveu junto à ALMG, uma adequação na Proposta Orçamentária de 2015 para que a peça retratasse com exatidão a magnitude do déficit fiscal anual mineiro. Assim, foi promulgada a Lei Orçamentária de 2015 em abril do mesmo ano, Lei nº 21.695, de 9 de abril de 2015, que trouxe um déficit fiscal de R\$ 7,2 bilhões, valor próximo a 10% das receitas estaduais.

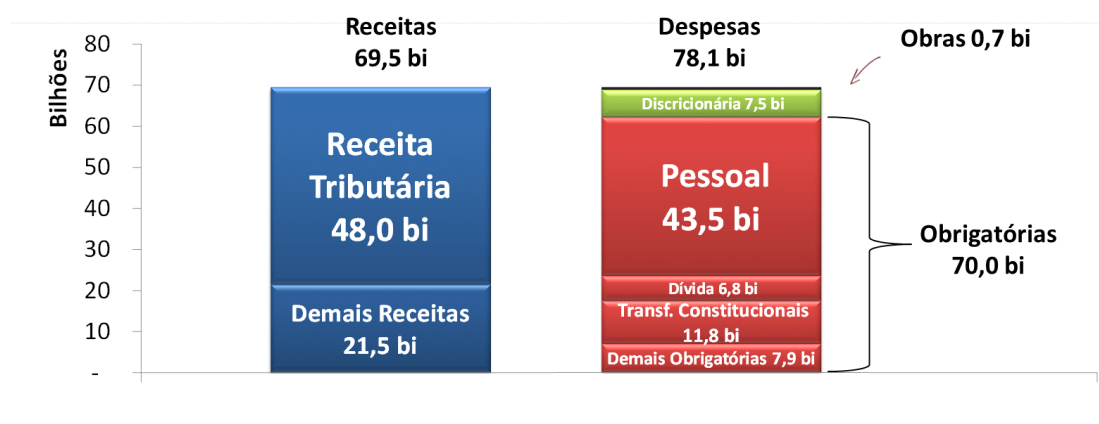
Diante de um cenário de frágil desempenho econômico, houve significativa redução da arrecadação tributária federal, sobretudo a compartilhada com os entes subnacionais, o que resultou em redução da arrecadação estadual. Tal situação, aliada à rigidez dos gastos do Estado, compostos principalmente por despesas obrigatórias e vinculadas, que ocupam participação cada vez maior no Orçamento, constituiu desafio adicional para a implementação do ajuste e adequação nas contas públicas.

Em relação às despesas obrigatórias, inclusive as decorrentes de compromissos assumidos na gestão passada, bem como as vinculações constitucionais e legais de receita e despesa,



merecem destaque, pela magnitude de seu impacto nas despesas públicas, aqueles dispêndios relacionados, entre outros, à pessoal e dívida, conforme demonstrado no Gráfico 1. Estas despesas, além de representarem significativo volume de recursos, caracterizam-se por serem inadiáveis, uma vez que o seu não pagamento tem impacto sobre a remuneração mensal dos servidores ativos, inativos e pensionistas, além de sanções impostas ao Estado no caso do não pagamento da dívida. Além disso, os dispêndios destinados à saúde e educação estão incluídos na categoria “demais despesas obrigatórias”, e os gastos referentes à segurança pública, assistência social, meio ambiente, dentre outros, inseridos no montante de “despesas discricionárias”.

**Gráfico 1 – Composição da receita arrecadada e da despesa executada em 2015**



Nota: Foram desconsideradas, no mesmo montante, as receitas e despesas referentes aos repasses de recursos do Fundo Estadual de Saúde – Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 – e aos aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

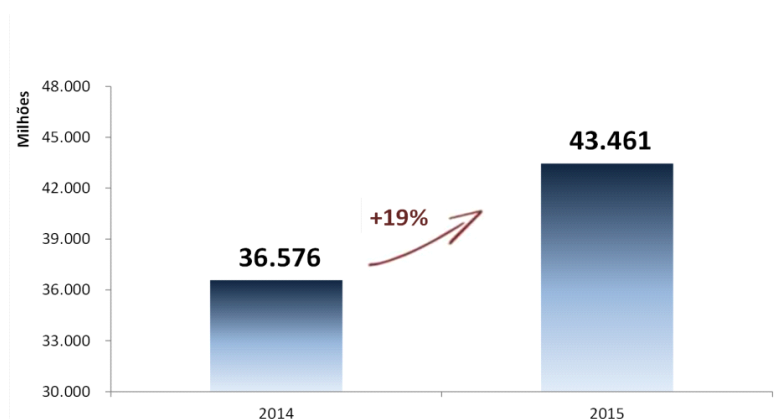
Fonte: SEPLAG

Dadas tais contingências, o governo adotou medidas para restrição de despesas em mais de R\$ 453 milhões via Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, além da revisão de contratos e redução de despesas com viagens e custeio em geral, de forma a buscar estabilizar o déficit em um cenário de redução das receitas.

Vale destacar também que, no tocante à evolução da despesa de pessoal, houve um crescimento de 19% no montante total desse gasto entre os anos de 2014 e 2015, conforme apresentado no Gráfico 2.



**Gráfico 2 – Evolução das despesas totais de pessoal nos anos de 2014 e 2015.**



Fonte: SEPLAG

Ao final do exercício 2015, a despesa total com pessoal atingiu percentual acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o que impôs ao Estado uma série de restrições, nos termos da Lei. Apesar disso, o governo está trabalhando para assegurar a continuidade dos serviços públicos e os direitos dos servidores.

## 1.1 RECEITA ESTADUAL

Avaliando a receita, os resultados apresentados pelo Estado em 2015 ficaram comprometidos pelos efeitos conjugados dos indicadores macroeconômicos, relevantes para a arrecadação dos tributos ligados à atividade econômica, pela redução da receita patrimonial e transferências constitucionais feitas pela União.

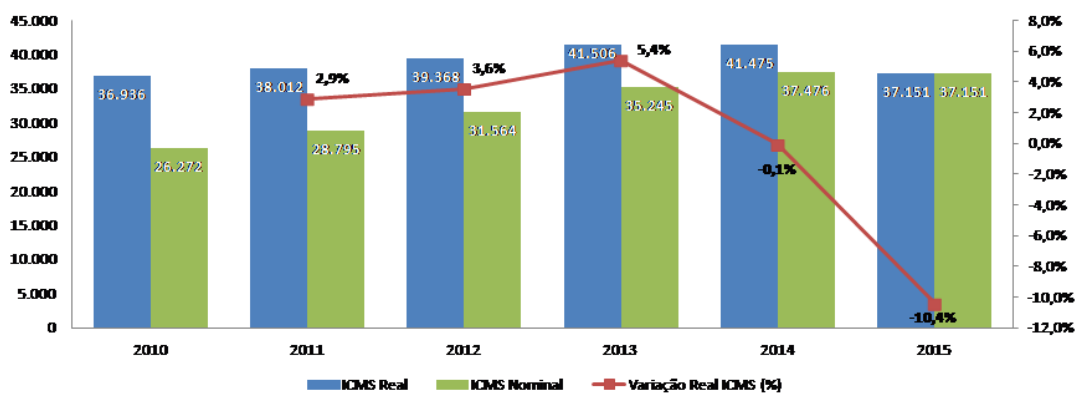
Neste contexto, o desempenho da arrecadação anual do ICMS, principal fonte de recurso próprio do Estado, foi negativo. Em 2015, a arrecadação desse imposto foi de R\$ 37.151 milhões contra R\$ 37.476 milhões recolhidos em 2014, equivalente a um decréscimo de 0,8% nominal no período. Conforme o Gráfico 3, a arrecadação de ICMS de 2015 foi menor que a de 2011 em valores reais, o que demonstra a magnitude da retração.





Outro ponto importante foi a redução da receita de dividendos e juros sobre capital próprio, sobretudo dos recebimentos da CEMIG, COPASA, BDMG e MGI, os quais, em conjunto, reduziram de R\$ 919 milhões, pagos em 2014, para R\$ 137 milhões em 2015, sendo que esse último valor foi proveniente da CEMIG, R\$ 135,9 milhões, e da COPASA, R\$ 1,2 milhão.

**Gráfico 3 – Evolução Arrecadação do ICMS em Minas Gerais – 2010-2015.**



Fonte: SEPLAG

Nota: Valor do ICMS corrigido pelo IPCA anual (dez/2015 = 1)

Em relação às transferências da União, houve decréscimo dos recolhimentos do Fundo de Participação dos Estado e Distrito Federal – FPE –, do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – e da cota parte das compensações financeiras pela exploração de recursos naturais, em especial dos recursos minerais – CFEM –, fruto do cenário econômico assim como da queda dos preços das principais *commodities* minerais e dos efeitos de desaceleração da China.

O impacto desses fatores foi parcialmente amenizado pela aprovação de medidas de ajuste fiscal implementadas pelo Governo Federal que contemplaram a elevação dos tributos federais e a revisão da política de concessão de benefícios fiscais, principalmente no que se refere à renúncia de suas receitas partilhadas com os estados e municípios. Como exemplo, tem-se a recuperação das transferências da União com o restabelecimento da cobrança da CIDE sobre os combustíveis, a partir de maio de 2015, e do IPI para alguns setores desonerados.



A elevação na arrecadação da CIDE-combustíveis ocorreu devido à alteração das alíquotas sobre gasolina e diesel, estabelecida pelo Decreto Federal nº 8.395, de 28 de janeiro de 2015, anteriormente com alíquota zero. O fim do IPI reduzido, com o encerramento dos benefícios para carros novos, eletrodomésticos da linha branca, imóveis e material de construção, provocou uma mudança de cenário no recolhimento desse tributo.

Ainda sobre a capacidade da arrecadação tributária, o realinhamento de alguns preços administrados pelo Governo Federal, a exemplo do aumento das tarifas de energia elétrica e dos preços dos combustíveis cujos ajustes estavam represados nos últimos anos, também amenizaram os efeitos generalizados do desaquecimento das atividades econômicas sobre a receita tributária federal.

Adicionalmente, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda, orientou suas ações para a recuperação de receitas tributárias, com intensivo combate à sonegação fiscal e modernização de instrumentos de controle e de fiscalização. E mais, aprimorou seus processos e a legislação voltada para a gestão do crédito tributário, buscando alternativas para favorecer a consistência e a liquidez do crédito. O foco foi buscar novas oportunidades para solução do crédito tributário e recuperação de ativos, a partir da integração com órgãos públicos intervenientes como a Advocacia Geral do Estado e o Ministério Público.

Nessa direção, a administração estadual, com relevante apoio da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, contou com receitas provenientes dos depósitos judiciais e da adesão aos parcelamentos de débitos instituídos, com recuperação do crédito tributário, alcançando tanto os débitos em fase administrativa quanto os que se encontram em dívida ativa.

A Lei nº 21.720, de 14 de julho de 2015 garantiu ao Estado o direito de utilizar 75% dos recursos de depósitos judiciais para custeio de previdência social, pagamento de precatórios e amortização das dívidas com a União. Em 2015, esses recursos renderam ao erário público, a título de receitas extraordinárias, cerca R\$ 4,9 bilhões.

Dentre as ações relativas à dívida tributária, foi publicado o Decreto nº 46.817, de 10 de agosto de 2015, que dispôs sobre o Programa REGULARIZE. Esse programa estabeleceu procedimentos para pagamento incentivado de débitos tributários e definiu um conjunto de medidas que facilitam a liquidação dos débitos, sejam eles de ICMS, IPVA, ITCD ou taxas. Desses débitos, 98% (noventa e oito por cento) são referentes ao ICMS.



Desde o seu lançamento até o final do mês de dezembro de 2015, a adesão ao Programa Regularize somou dez mil cento e dezenove autuações, que totalizaram R\$ 1.653 milhões em débitos de contribuintes com o Estado. Desse montante, R\$ 1.056 milhões referem-se a débitos pagos na fase administrativa e R\$ 597 milhões a inscritos em Dívida Ativa. Ingressaram nos cofres estaduais R\$ 413 milhões, incluindo pagamentos à vista e entradas prévias de parcelamentos. O restante, R\$ 1.240 milhões, foram parcelados e pagos com crédito. O resultado, fruto de ações integradas da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e da Advocacia Geral do Estado – AGE –, reafirma a eficácia do trabalho em curso para recuperação do crédito tributário.

Em relação à reforma do ICMS, no âmbito estadual, foram promovidos realinhamentos de alíquotas para compatibilizar a carga tributária com a legislação das demais unidades da federação. Para tanto, foi editada a Lei nº 21.781, de 1º de outubro de 2015, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2016 por força dos princípios da noventena e anterioridade. Estima-se que tais medidas terão impacto positivo na receita estadual de 2016 de cerca de R\$ 1 bilhão.

## **1.2 DÍVIDA ESTADUAL**

Em relação ao comportamento da Dívida Pública Estadual, entre a posição de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, no global, o estoque apresentou aumento de 16,32%, evoluindo de R\$ 88.272 milhões para R\$ 102.677 milhões, um acréscimo de R\$ 14.405 milhões, segundo o informe da Tabela 1.

Os dados apontam que a dívida fundada de Minas Gerais encontra-se composta basicamente pela dívida interna, responsável por 85,57% de seu total, de acordo com a posição apurada em 31 de dezembro de 2015. O perfil do endividamento estadual sinaliza, ainda, a concentração do saldo devedor em dois grandes débitos, o montante renegociado com o Governo Federal sob a égide da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e o financiamento para o saneamento e privatização dos bancos estaduais ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. A evolução dessas dívidas é foco de especial gerenciamento, pois ambas representam 75,83% do endividamento total.



**Tabela 1 – Estoque da Dívida Fundada – Posição de 31.12.14 e 31.12.15 - Minas Gerais (Em R\$ Milhões)**

Minas Gerais				
Estoque da Dívida Fundada - posição 31/12/14 e 31/12/15, em R\$ milhões				
DISCRIMINAÇÃO	2014	2015	Taxa de Crescimento 2015/2014	Part. Relativa % 2015
I - Dívida Interna	77.889	87.865	12,81%	85,57%
Dívida com a União Federal	70.323	77.858	10,71%	75,83%
Refinanciamento Dívida (Lei 9.496/97)	20.824	21.967	5,49%	21,39%
Saneamento Sistema Financeiro (MP 2.192-70/01)	10.067	10.562	4,92%	10,29%
Resíduo (Refinanciamento + Saneamento)	39.432	45.328	14,95%	44,15%
Indexada ao câmbio	5.560	8.162	46,80%	7,95%
Outras	2.005	1.845	-7,98%	1,80%
II - Dívida Externa	10.384	14.812	42,64%	14,43%
III - Total (I+II)	88.272	102.677	16,32%	100,00%

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda

Em dezembro de 2015, o estoque dessas dívidas somou R\$ 77.858 milhões, ficando 10,71% maior do que o saldo devedor de 2014, que era de R\$ 70.323 milhões. O aumento deste endividamento deve-se basicamente à evolução do índice de correção do contrato, ou seja, do Índice Geral de Preços – IGP-DI –, cuja variação foi positiva em 10,70% no ano de 2015.

Ressalte-se que, em 2015, ao utilizar o limite de comprometimento, 13% da RLR, para pagamento do serviço dessas dívidas, por mais um ano o Estado não acumulou resíduo. Sua evolução de 14,95%, ao passar de R\$ 39.432 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 45.328 milhões em 31 de dezembro de 2015, resultou da incorporação de parte da correção e dos juros ao próprio saldo devedor, uma vez que o pagamento integral desses serviços ocorrerá a partir de março de 2028.

Importa mencionar que, embora tenha sido publicado o Decreto Federal nº 8.616, de 29 de dezembro de 2015, que regulamentou a Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, com redação dada pela Lei Complementar 151, de 5 de agosto de 2015, para dispor sobre os critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida amparados pela Lei Federal nº 9.496, de 1997 e de empréstimo firmado ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001 e dos procedimentos para a formalização dos termos aditivos, a dívida ainda não foi corrigida com base



nesses critérios, porque os efeitos da Lei não são automáticos, necessitando da assinatura dos termos aditivos aos contratos.

Ainda em relação à dívida interna, cabe registrar a presença de contratos indexados ao câmbio. O saldo desses contratos variou 46,80%, ao passar de R\$ 5.560 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 8.162 milhões em 31 de dezembro de 2015, explicado, em grande parte, pela valorização do dólar americano entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 de 47,01%.

O endividamento externo totalizou R\$ 14.812 milhões no final de dezembro de 2015, sendo 51,22% desse volume relativo a empréstimos com o BIRD (R\$ 7.588 milhões), 33,48% com a Credit Suisse AG (R\$ 4.959 milhões), 8,61% com a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD – (R\$ 1.275 milhões), 6,52% com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – (R\$ 965 milhões) e 0,17% com o Japan Bank Intl. Cooperation – JBIC – (R\$ 24 milhões). Em relação a 2014, o estoque da dívida externa, na posição de 31 de dezembro de 2015, aumentou 42,64%, explicado, em grande parte, pela valorização do dólar americano mencionada anteriormente.

### **1.3 PREVIDÊNCIA**

Em 2015, as despesas previdenciárias do Governo de Minas representaram 21,2% do total dos gastos do Estado. Em relação ao total das despesas com pessoal, esse percentual foi de 41,4%. Já em relação à Receita Corrente Líquida do Estado, as despesas previdenciárias representaram 35%. Em 2015, o déficit da previdência civil foi de R\$ 5,1 bilhões, para um contingente de aproximadamente 221 mil aposentados e pensionistas, enquanto o déficit dos militares atingiu R\$ 4,5 bilhões para um contingente de vinte e oito mil inativos. Ao longo do exercício de 2015, foram utilizados recursos financeiros dos depósitos judiciais no valor de R\$ 3,6 bilhões para o financiamento de despesas previdenciárias.

Tendo em vista que despesas previdenciárias representam parcela expressiva dos gastos públicos, o equilíbrio financeiro da Previdência mostra-se essencial para manutenção e ampliação da capacidade do Estado de prover políticas públicas para a sociedade. Ciente desses desafios, o Governo procurou retomar o diálogo com os servidores a respeito do tema, e retornou ao caixa do IPSEMG os recursos da contribuição dos servidores para a saúde. Adicionalmente, implantou para os servidores



civis do Estado, em 2015, o Regime de Previdência Complementar – RPC – estabelecendo, no âmbito do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, o teto do Regime Geral de Previdência Social para aqueles que ingressaram no Estado a partir de 12 de fevereiro de 2015, o que reduzirá, a longo prazo, a demanda por recursos do tesouro estadual para honrar os benefícios previdenciários.

## **2. REALIZAÇÕES**

Em 2015, o compromisso de governar com a participação popular nas etapas de elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas, foi confirmado com a criação dos Fóruns Regionais de Governo. Para garantir a participação de todos, o Governo de Minas Gerais implementou o conceito de Território de Desenvolvimento, dividindo o Estado em dezessete partes, organizadas segundo características econômicas, sociais e culturais. Em cada um desses Territórios, foi instalado um Fórum Regional, com a realização de, no mínimo, duas reuniões, para identificar as necessidades e urgências de cada território e dar andamento às políticas públicas, do qual participam representantes da sociedade civil e da institucionalidade local. O processo tem como objetivo, a partir do diálogo constante com a população mineira, construir políticas públicas que respeitem as características de cada região.

Foram realizados, ao longo de 2015, trinta e quatro encontros de primeira e segunda etapa nos dezessete Territórios, durante cento e vinte dias. Mais de vinte e cinco mil pessoas participaram presencialmente e mais de cinquenta mil por meio dos formulários eletrônicos. Foram levantados mais de doze mil problemas e necessidades, distribuídos por cinco eixos temáticos, priorizados pelas lideranças, prefeitos, vereadores e deputados participantes. O próximo passo, iniciado ao final de 2015 e que terá continuidade em 2016, será a finalização da etapa devolutiva dos Fóruns em cada um dos dezessete territórios.

Foram apresentados também à sociedade mineira, dois importantes instrumentos de planejamento: o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2016-2027 – PMDI 2016-2027 – e o Plano Plurianual de Gestão Governamental 2016-2019 – PPAG 2016-2019. Durante o processo de elaboração destes dois instrumentos, foram agregadas as necessidades coletadas nos Fóruns Regionais de Governo, na tentativa de conciliar os recursos e os projetos existentes nos diversos órgãos e



entidades estaduais às demandas regionais e sociais geradas pelo processo de priorização proposto pelos Fóruns junto aos respectivos Territórios de Desenvolvimento.

O PMDI 2016-2027, instrumento de planejamento de longo prazo, apresenta-se como o orientador das ações para o delineamento do futuro do Estado de Minas Gerais. O documento possui como eixo sintetizador o desenvolvimento econômico e social sustentável, com o objetivo maior de promover a redução das desigualdades sociais e regionais. Durante o processo de elaboração do Plano, houve a participação de diversos agentes, representantes de todas as Secretarias, Órgãos Autônomos, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, não somente da alta liderança como também da média gerência, totalizando mais de quinhentos e trinta servidores públicos que se envolveram diretamente na sua redação.

O PPAG 2016-2019, por sua vez, destina-se a buscar os melhores resultados da gestão pública, organizando a atuação governamental, permitindo a visualização da vinculação entre a programação proposta e os objetivos de governo, a destinação dos recursos públicos e o detalhamento plurianual dos projetos, de forma integrada com a Lei Orçamentária – LOA – e em consonância com PMDI 2016-2027. O processo de elaboração do Plano também contou com a participação de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, dirigentes e técnicos. Além disso, o novo PPAG 2016-2019 inova ao trazer um volume organizando as informações dos programas e respectivo planejamento orçamentário por Território, reforçando o compromisso dessa gestão com a redução estrutural das desigualdades regionais do Estado.

Estabelecido o modelo de gestão e as suas premissas – participação social, desenvolvimento econômico e social sustentável e a redução das desigualdades regionais – apresentam-se as principais realizações do ano de 2015 que contribuíram direta ou indiretamente com os avanços propostos para Minas Gerais.

Considerando a escassez hídrica em que se encontrava o Estado no início de 2015, foi instituída força-tarefa para debater a falta de água em Minas Gerais e medidas a serem adotadas pelo Governo para garantir o abastecimento regular da população mineira. O grupo passou a monitorar constantemente os níveis dos reservatórios, além de, por meio da COPASA, dar total transparência à situação hídrica do Estado, bem como promover campanhas de consumo consciente. Fruto deste esforço, a inauguração da obra de captação de água no rio Paraopeba, somada aos esforços de



economia de água e aumento de 30% na quantidade de chuvas, deixa a situação hídrica da Região Metropolitana de Minas Gerais muito melhor que há um ano.

No que tange aos investimentos em infraestrutura, o governo estadual, apesar das dificuldades financeiras herdadas do último governo, viabilizou a retomada de diversas obras prioritárias ainda no primeiro semestre de 2015. Com especial ênfase nas áreas de mobilidade, saúde e educação, pode-se destacar os seguintes investimentos:

- retomada dos trabalhos de manutenção e restauração de estradas;
- obras nos terminais metropolitanos do Move (Bernardo Monteiro, São Benedito e Justinópolis);
- hospitais regionais de Governador Valadares e Teófilo Otoni;
- ampliação das cadeias públicas de Alfenas, Divinópolis, Itajubá e Montes Claros;
- reforma e restauração de treze unidades de educação, entre eles o Colégio Estadual Central.

Em atendimento a uma das principais reivindicações da população mineira, a de equipar a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – no interior do Estado, oferecendo maior segurança à população, foram realizados, ao longo do ano de 2015, investimentos que chegaram a R\$ 25 milhões, oriundos de convênios de cooperação administrativa, técnica e operacional, com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG –, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD – e Polícia Rodoviária Federal – PRF. Destaca-se a entrega de cento e treze viaturas com destino ao policiamento de trânsito e de meio ambiente, o custeio de fiscalizações, as autuações nos 40,5 mil quilômetros de rodovias estaduais e federais delegadas, o policiamento ostensivo de meio ambiente e a aquisição de armamentos, munições, bafômetros, radares, rádios transceptores digitais, computadores, combustível, peças e serviços para manutenção de viaturas.

O aumento do número de servidores vinculados à área da Defesa Social, bem como do efetivo policial também, constitui demandas recorrentes da sociedade mineira. Nesse sentido, a retomada pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS – dos concursos públicos para agentes





penitenciários e socioeducativos, iniciados em 2013, representou uma importante iniciativa. Os certames estavam paralisados desde dezembro de 2014. A SEDS almeja o provimento de, no mínimo, 4.355 cargos, sendo 3.535 da carreira do Agente de Segurança Penitenciário e 820 da carreira do Agente de Segurança Socioeducativo, reafirmando a preocupação do Governo atual em solucionar o passivo dos concursos lançados pela gestão anterior e prover à sociedade mineira pessoal capacitado para prestação dos serviços públicos.

Ainda sobre o efetivo policial, a recomposição da tropa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – também apresentou avanços. Foram publicados pelo Estado dois importantes editais. O primeiro, divulgado em maio, abriu 1,4 mil vagas para a formação de soldados do quadro de praças, e o segundo, divulgado em julho, abriu 1.590 vagas para soldados no interior do Estado, sendo 1.431 para homens e 159 para mulheres, recomposição esta que igualmente faz parte do compromisso do Governo com a segurança dos mineiros.

A gestão mais participativa foi uma das metas do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG. Durante o ano de 2015, a corporação lançou o seu Plano de Comando. No documento, composto por um planejamento estratégico, com metas previstas para serem obtidas a curto, médio e longo prazos, destaca-se a programação de aquisição de novos materiais e equipamentos para o atendimento às ocorrências e a presença do Corpo de Bombeiros em 124 municípios até 2026. O objetivo principal é proporcionar ao cidadão serviços com mais celeridade, presença, qualidade e transparência. O plano apresenta um programa central de expansão do atendimento e cinco programas de apoio nas áreas de modernização tecnológica, estruturação do ensino, apoio à comunidade, valorização profissional, revitalização e reequipamento em perfeito alinhamento à diretriz de atuação nos 17 territórios de desenvolvimento no Estado.

Com a aprovação da Lei de Reforma Administrativa, foram fortalecidas institucionalmente as políticas de direitos humanos e participação cidadã por meio da criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC –, contribuindo para a promoção da inclusão e cidadania. Dentre as diversas realizações, a SEDPAC recebeu o Prêmio Direitos Humanos 2015, concedido pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Presidência da República. Minas Gerais foi a grande vencedora na categoria “Acesso à Documentação Básica”, com o projeto Unidades Interligadas de Registro Civil de Nascimento (UIs). Além disto, a



SEDPAC foi responsável pelo apoio à realização de diversas conferências de conselhos de direitos como o da mulher, o do portador de deficiência, o da juventude, dos grupos LGBT etc., envolvendo milhares de cidadãos e cidadãs, até então não realizados em Minas Gerais.

Outro compromisso assumido pela atual gestão que alcançou significativos avanços no ano de 2015 refere-se à promoção da proteção socioassistencial e produtiva das pessoas. As principais realizações na área de assistência social foram o pagamento regular e automático do Piso Mineiro de Assistência Social; a realização de conferências nos vários níveis de governo, que reuniram milhares de pessoas; a implantação do Programa Qualifica SUAS que, em seu primeiro módulo, irá orientar os municípios a utilizar os saldos disponíveis em conta dos fundos de assistência social; a pactuação pela Comissão Intergestores Bipartite – CIB – e aprovação pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – do Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial.

Pela primeira vez desde que foi instituído em 2010, as 12 parcelas do Piso Mineiro foram repassadas rigorosamente em dia, totalizando cerca de R\$54 milhões depositados nas contas de todos os municípios em 2015. O montante foi destinado à oferta de serviços e benefícios da Política de Assistência Social, tais como o trabalho realizado com as famílias nos 1.149 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS – existentes em Minas Gerais, com grupos de convivência, mulheres em situação de vulnerabilidade social, na implantação de abrigos para crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar e abrigos de longa permanência para idosos.

Foram realizadas 834 conferências municipais de assistência social que reuniram 80 mil pessoas, bem como 15 conferências regionais que congregaram 2.775 representantes de 650 municípios mineiros, além da maior conferência estadual realizada em Minas que reuniu em outubro, em Belo Horizonte, mais de 1.400 pessoas, representantes dos diversos segmentos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS –, e elegeu 80 delegados para a 10ª Conferência Nacional.

Exemplo para o país, o Programa Qualifica SUAS atuou intensivamente ao longo de 2015 para orientar os municípios sobre como gerir e aplicar adequadamente os recursos oriundos dos governos federal e estadual para a área de assistência social disponíveis nas contas dos municípios mineiros. Outro eixo importante do Qualifica SUAS foi a capacitação dos gestores, conselheiros e trabalhadores municipais. A partir do chamamento público, feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS –, já se dispõe de uma lista de instituições de ensino superior com comprovada



capacidade técnica para participarem dos pólos de qualificação que vão estar em funcionamento a partir de 2016.

Com a aprovação do Plano Estadual de Regionalização da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, a responsabilidade na oferta de serviços para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade ou que sofreram violação de direitos (idosos e crianças sem vínculos familiares, população em situação de rua, mulheres vítimas de violência), passou a ser compartilhada entre o Estado de Minas Gerais e os municípios. A proposta contida no Plano contempla 102 municípios mineiros com a oferta de serviços de média e alta complexidade até 2017.

Ainda na área de promoção da proteção socioassistencial e produtiva das pessoas, destacam-se os avanços ocorridos na gestão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Com o objetivo de aumentar a qualidade dos cursos e encaminhar mais pessoas para vagas disponíveis, buscou-se delegar aos municípios a gestão do programa.

Outro destaque diz respeito à realização de novas parcerias com os movimentos da Economia Popular Solidária e com o governo federal, permitindo a aproximação das políticas do trabalho e assistência social e possibilitando a inclusão produtiva das pessoas mais vulneráveis do Estado.

Ao longo de 2015, as ações no âmbito da educação ocuparam no Governo de Minas Gerais destaque especial com várias importantes iniciativas destinadas à melhoria da educação e à valorização do profissional.

A valorização dos servidores da educação por meio da celebração de um acordo histórico entre o Governo e os trabalhadores reforçou o pacto assumido com a sociedade mineira para ao aprimoramento das políticas educacionais, com a efetiva participação dos pais e alunos, trabalhadores e Governo.

O acordo firmado com as entidades representativas dos trabalhadores da educação, cuja legislação contou com a sensibilidade e atenção dos deputados estaduais, possibilitará o pagamento do Piso Salarial Profissional Nacional para o Cargo de Professores de Educação Básica com carga horária de 24 horas semanais, o reajuste dos valores do vencimento e do abono incorporável das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, a extinção do regime de subsídio e o



descongelamento das carreiras, com isonomia de tratamento para todas as carreiras da educação e entre servidores ativos e aposentados.

Para os ex-efetivos pela Lei Complementar nº 100, de 2007, o Governo de Minas Gerais conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal –STF – a permanência do vínculo até 31 de dezembro de 2015, permitindo, nesse período, a nomeação dos aprovados em concursos públicos ou a aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência do Estado de Minas Gerais daqueles que já haviam cumprido os requisitos legais para tal.

O Governo também empreendeu esforços junto ao Ministério da Previdência e ao Instituto Nacional do Seguro Social, por meio do Grupo de Trabalho Especial – GTE –, para facilitar o acesso ao Regime Geral da Previdência para aqueles ex-efetivos que não puderam se aposentar pelo Regime Próprio de Previdência do Estado de Minas Gerais. Ademais, para atender aos pedidos de protocolo de aposentadoria, foi criada uma Força-Tarefa entre as Secretarias de Educação e de Planejamento.

O Governo encerrou o ano com aproximadamente 15 mil nomeações de servidores da educação aprovados em concurso público, cumprindo a meta prevista no referido acordo.

Do total de 15.053 nomeações publicadas entre os meses de março e dezembro, 85% dos 12.851 nomeados vão atuar na área pedagógica, sendo 11.698 professores e 1.153 especialistas em Educação Básica. Já para a área técnico-administrativa, foram 2.202 nomeados para atuar nas escolas, no órgão central e nas 47 Superintendências Regionais de Ensino.

Desse modo, as referidas nomeações, bem como o cumprimento da meta pactuada, demonstram o efetivo compromisso do Governo de Minas em superar a precarização do vínculo dos trabalhadores da educação, até então nunca alcançada.

A alteração do processo de escolha da direção das escolas estaduais também integrou o acordo, encontrando-se diretamente alinhada à busca por uma escola democrática e aberta à comunidade. Eleições diretas para diretores foram realizadas em dezembro de 2015 a partir de processo de escuta da comunidade escolar. Pais, estudantes e trabalhadores que atuam em cada instituição puderam votar em servidores que se candidataram aos cargos de diretor e vice-diretor. Até então, o processo de escolha dos diretores pelas comunidades não acontecia de forma regular. O último foi em 2011 (para posse em 2012) e, antes, havia sido realizado em 2006 (para posse em 2007). A



partir de agora, a escolha passa a ser feita com regularidade a cada três anos. Além disso, para se candidatarem ao cargo de diretor, os servidores foram habilitados no processo de Certificação Ocupacional de Diretor de Escola Estadual. Portanto, a partir de 2016, 3.485 escolas da rede estadual de Minas Gerais passam a ser geridas por diretores escolhidos democraticamente por suas comunidades escolares.

Importantes conquistas também foram obtidas na área da educação integral. As escolas estaduais que desenvolvem ações de educação integral passaram a receber em 2015 o dobro do recurso repassado pela União. A partir desse ano, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) passa a aplicar o mesmo valor do repasse do Governo Federal para esse fim, que é de R\$ 0,60 por aluno. Dessa forma, cada escola recebe R\$ 1,20 por estudante inserido nas atividades de educação integral. Antes o Estado repassava R\$ 0,40 por aluno. Com a ampliação do valor espera-se ofertar uma alimentação mais saudável e com mais consistência para nossos alunos. A educação integral oferece atividades que vão além dos conteúdos tradicionais, com o objetivo de ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas dos estudantes e é uma das prioridades da Secretaria de Estado de Educação.

Com o objetivo de orientar os programas e projetos dos municípios e do Estado na atuação para com as escolas do campo, a SEE lançou o caderno Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais. O documento é resultado do trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Educação do Campo.

As diretrizes foram instituídas pela Resolução SEE 2.820, de 11 de dezembro de 2015. Composta de 20 artigos, o documento contempla temas como a formação de professores do campo, o transporte escolar e a alimentação dos estudantes, além do conceito de população e escola do campo. Minas Gerais conta atualmente com 295 escolas estaduais do campo. Espera-se que a partir das diretrizes, esse número aumente.

Criado pela Lei 21.777, o Programa Estadual de Transporte Escolar prevê que o Estado passará recursos financeiros de forma direta, ou seja, sem a necessidade de celebração de convênios, aos municípios que se inscreverem no PTE-MG, mediante a assinatura de um termo de adesão com a SEE. O termo de adesão terá vigência de um ano, renovando-se automaticamente por iguais períodos. Em Minas Gerais, do total de 853 municípios, 846 têm direito ao transporte escolar. No Estado, são atendidos pelo transporte escolar 260.851 estudantes residentes na zona rural. Ressalta-se que a Lei



atende a uma preocupação recorrente dos municípios ao garantir o fluxo de recurso e permitir que o município se programe melhor. Anteriormente o que prevalecia era o formato convênio, que trazia algumas dificuldades de operacionalização e retroatividade de gasto.

Outros avanços na área da educação que merecem destaque são a garantia de acesso à alimentação escolar para todos os trabalhadores nas escolas e o fim do passivo de aposentadoria que, no início desse Governo, chegava a 26 mil. Neste ano, o Governo de Minas Gerais conseguiu processar a aposentadoria de 12.241 servidores da educação, entre março e dezembro, o que permitiu a abertura de novas vagas para nomeações.

No âmbito da Cultura, em 2015 houve expressiva ampliação do investimento direto em principalmente em duas das linhas de frente do Governo: a regionalização e a equidade.

A lista de projetos contemplados no edital de 2015 do Fundo Estadual de Cultura, bem como o volume de recursos destinados evidencia esta tendência. O valor disponível no Edital 2015 foi o maior dos últimos anos, R\$7,5 milhões. O orçamento do Fundo Estadual de Cultura, previsto no projeto de lei orçamentária para 2015, era de apenas R\$ 472 mil, o que, portanto, representou um aumento de 15 vezes do orçamento previsto.

Ao todo foram 230 propostas culturais, beneficiando 140 municípios. A aprovação dos projetos teve como critérios o mérito de cada proposta e, principalmente, o atendimento de todas as regiões do Estado. Com isso, os 17 territórios de desenvolvimento de Minas Gerais foram contemplados, sendo que cerca de 90% do valor dos recursos foram destinados a projetos fora de Belo Horizonte.

Na saúde, a situação herdada exigiu da atual gestão comprometimento, dedicação, empenho e planejamento. O déficit da pasta, a situação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU – e dos Hospitais Regionais, os problemas na Assistência Farmacêutica e a política de enfrentamento à Dengue, Chikungunya e Zica Vírus foram alguns dos desafios enfrentados em 2015.

Durante o exercício, foi implantada a política de expansão rápida do Serviço Móvel de Urgência – SAMU. Nas regiões em que essas estruturas já estavam praticamente montadas, os processos de implantação foram acelerados, com destaque para a inauguração do complexo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Macro Sul. A iniciativa, fruto da parceria entre governos federal, estadual e municipais, vai beneficiar os 153 municípios do Consórcio Intermunicipal de Saúde



da Macrorregião do Sul de Minas – CISSUL –, onde vivem cerca de 2,7 milhões de habitantes. Além disto, destaca-se a ampliação do SAMU na região Central de Minas com 30 novas ambulâncias que foram doadas pelo Ministério da Saúde, bem como a retomada das discussões a respeito do modelo de implantação da rede SAMU Regional Centro.

A retomada das obras de construção dos hospitais regionais, que estavam paralisadas por atraso de pagamento foi um dos marcos da gestão atual, marcadamente a retomada das obras dos hospitais regionais de Governador Valadares e Teófilo Otoni. Os dois hospitais serão capazes de atender 2,7 milhões de mineiros, com 650 leitos nas mais diversas especialidades médicas, reduzindo o tempo de deslocamento do paciente. A conclusão de tais obras contribui com a redução da dependência das redes de saúde locais como a de Belo Horizonte. Cerca de 170 municípios vão fazer parte da área de cobertura destes novos hospitais.

O projeto de Regionalização da Assistência Farmacêutica, destinado a incentivar a cooperação técnica entre municípios no que diz respeito à aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, segue a política de regionalização do Estado, ao garantir aos municípios mineiros a gestão de seus recursos na aquisição de medicamentos e insumos de acordo com suas particularidades. O processo de Regionalização da Assistência Farmacêutica é importante e necessário, na medida em que amplia os medicamentos que serão disponibilizados pelos municípios para os usuários, melhora o poder de compra dos municípios e desafoga a logística de distribuição de medicamento que ainda hoje é centralizada no Estado.

Para o combate à dengue, foi implementada a campanha “10 Minutos Contra a Dengue” a fim de promover ações para se evitar a proliferação do mosquito. Os agentes de controle de endemias atuam, sobretudo, orientando a população a fixar em local visível, em sua residência, uma lista de iniciativas de combate ao mosquito. O controle do vetor é uma tarefa que ultrapassa o âmbito da saúde e exige ações de todos os serviços públicos e também da população. O foco continua sendo a mobilização da sociedade, da limpeza urbana e de todos os demais agentes que possam contribuir para o controle do vetor.

Além da campanha, a SES, por meio da publicação das Resoluções SES/MG nº 4.969, de 21 de outubro de 2015, e nº 5.100, de 29 de dezembro de 2015, autorizou o repasse de



aproximadamente R\$36 milhões em ações de vigilância e controle de endemias transmitidas por vetores. O recurso será dividido para todos os 853 municípios mineiros.

Ao final de dezembro, foi instituído o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Enfrentamento à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus, com o objetivo de desenvolver ações destinadas ao controle do vetor e reduzir a incidência dessas doenças. O comitê contará com estrutura ágil, a partir de reuniões semanais de seu comando operacional para tomar as providências necessárias. O grupo é coordenado pelo Vice-Governador e terá a participação do Secretário da SES e de representantes de outros órgãos estaduais: as Secretarias de Estado de Governo, de Casa Civil e de Relações Institucionais, de Planejamento e Gestão, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, de Defesa Social, de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, de Educação, de Transportes e Obras Públicas, além da Defesa Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da COPASA, da CEMIG, do Departamento de Obras Públicas e da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. A Assembleia Legislativa de Minas e a Associação Mineira de Municípios também integram o comitê como convidados.

Além da criação do Comitê, o Governo de Minas liberou R\$ 66 milhões para reforçar a atuação dos agentes de endemias, agentes comunitários de saúde e desenvolver ações de assistência nos municípios em situação de alerta devido à presença do mosquito.

Ao longo de 2015 a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (SEDE) atuou para garantir a atração de novo negócios e investimentos e pela geração de emprego, renda e bem estar para a população mineira, em todas as regiões do Estado. Destaque para as ações de atração de investimento, JucemgDigital, Desenvolve Minas e Plano Mineiro de Mineração.

O Estado desenvolveu um trabalho focado na prospecção de investimento. Nesse sentido, houve a manifestação formal de interesse em instalar ou expandir as atividades de mais de 240 empresas. A concretização desses empreendimentos poderá gerar para o Estado, nos próximos anos, mais de 35 mil empregos diretos e investimentos de aproximadamente R\$23 bilhões.

A JucemgDigital é considerada uma iniciativa inédita no Brasil. A partir dela todos os registros do órgão passaram a ser feitos pela internet, o que garante a seus usuários e demais interessados agilidade, segurança e redução de custos. Com a JucemgDigital, mais de 840 mil





empresas serão beneficiadas. A novidade já vale para as sociedades anônimas, cooperativas e para balanços contábeis. Espera-se que em 2016, todas as modalidades de organizações realizem seus procedimentos somente pelo site [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br).

O projeto Desenvolve Minas é outra parceria entre a SEDE e o INDI, juntamente com a participação da Associação Mineira de Municípios (AMM), Jucemg, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) e Serviço Brasileiro de Apoio ÀS Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Pretende-se através desta iniciativa construir uma única plataforma, reunindo dados sobre os Estado, espalhados nesses órgãos e entidade, subsidiando a construção das políticas de desenvolvimento nos 17 territórios mineiros.

Ainda em 2015, foi elaborado o escopo técnico e programático para a construção de um Plano Mineiro de Mineração. É a primeira vez na história do Estado que se cria um instrumento com esta abrangência. O plano será uma importante ferramenta de planejamento para a adição das diretrizes, estratégias e ações necessárias para a evolução do setor da mineração e sua cadeia produtiva, buscando o desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

O Desenvolvimento Agrário constituiu nova importante frente do Governo de Minas Gerais em 2015. Foi instituída a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário para executar ações voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural, mediante o acesso à terra, à inclusão e dinamização produtiva, bem como da promoção à segurança alimentar e nutricional, o que evidencia a ambição do Estado de Minas Gerais em dar um salto de qualidade na seara do desenvolvimento agrário.

Nesta perspectiva, foi regulamentada a Lei que determina ao Estado comprar de agricultores familiares, no mínimo, 30% dos alimentos consumidos nos órgãos estaduais, fomentando o mercado e o desenvolvimento da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social no Estado.

O Governo de Minas Gerais também habilitou no ano passado, 145 famílias ao crédito fundiário, envolvendo recursos de aproximadamente R\$2 milhões para o financiamento de imóveis rurais. Os recursos oriundos do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF –, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, contribuíram para beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou pequenos proprietários na aquisição de áreas rurais para exploração em regime de economia familiar.



O programa de regularização fundiária rural, parado desde 2011, foi retomado. Foram recadastradas mais de 4 mil famílias rurais do Norte, Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e emitidos mais de 100 títulos de posse (o dobro das emissões feitas nos últimos quatro anos), título e registro da terra, sem os quais o agricultor familiar fica em desvantagem, sem condições de acesso a crédito e outras políticas públicas necessárias para o seu desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas estiveram dentre as ações prioritárias no ano de 2015.

Destaca-se o lançamento do Plano de Urgência para o Enfrentamento da Seca, que contempla a realização de diversas ações, tais como a perfuração e equipagem de poços, a geração de renda por meio do fortalecimento da agricultura familiar e a compra caminhões-pipa. A área de atuação das ações contidas no Plano engloba os 129 municípios da área de atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste do Estado – SEDINOR – que decretaram situação de emergência devido à estiagem.

Uma nova ação do programa Água para Todos, em parceria com o governo federal, foi firmada em 2015, qual seja, o repasse de recursos para a construção de pequenas barragens em municípios do Norte e Nordeste. O programa envolve investimento de R\$100,9 milhões para a instalação de 962 pequenas barragens, beneficiando famílias de 151 municípios. A parceria entre os governos federal e estadual, por meio do programa, prevê ainda a instalação de cisternas de placa e de polietileno, barraginhas, barreiros e sistemas coletivos de abastecimento de água – SSAA –, garantindo acesso à água para o consumo humano e para a produção agrícola e alimentar em áreas rurais.

A liberação das licenças de instalação das barragens de Berizal e Congonhas, ambas no Norte de Minas, também foi um passo importante para garantir a qualidade da vida humana, animal e dos rios da região.

A assinatura do termo aditivo para a prorrogação do Programa Leite pela Vida até dezembro de 2016 irá contribuir, por meio da distribuição gratuita de leite, para o combate à fome e à desnutrição de cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional, além de fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar, garantindo a compra do leite dos agricultores familiares a preços mais justos. Tal prorrogação



propiciará a atuação para a inclusão de 63 municípios da região do Vale do Rio Doce, além dos municípios de Arinos e Formoso.

As iniciativas de reformulação do processo ambiental, realizadas neste primeiro ano de governo, são consideradas marcos relevantes na busca pelo desenvolvimento sustentável do Estado. Vale ressaltar a criação da Força-Tarefa para discutir as mudanças no SISEMA, que teve como resultado de suas atividades, o envio à ALMG projetos de lei que versam sobre o licenciamento ambiental e a estrutura do SISEMA, como por exemplo a recém sancionada Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016. Entre as novidades apresentadas pela nova legislação, estão o fortalecimento de mecanismos de defesa da população que vive no entorno de grandes empreendimentos, o fortalecimento do COPAM, a volta das câmaras técnicas, a municipalização e a reformulação do modelo de licenciamento ambiental adotado no Estado.

No ano de 2015 vivenciamos o maior desastre ambiental dos últimos tempos com o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana, no dia 5 de novembro. Isto exigiu da administração pública estadual atuação rápida, eficiente e coordenada. A publicação do Decreto nº 46.892, de 20 de novembro de 2015, que institui a força-tarefa para avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem da mineradora Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, foi uma das medidas tomadas pelo Governo com o intuito de avaliar os danos, levantar as perdas econômicas, sociais e ambientais e atuar de maneira coordenada na proposição de ações.

Após a publicação do referido Decreto foi criada a comissão estadual para coordenar as ações relacionadas ao rompimento da barragem. Liderada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, a comissão é composta também pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Defesa Civil, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, Companhia Energética de Minas Gerais, Instituto Mineiro de Gestão de Águas e Advocacia Geral do Estado.

A força-tarefa iniciou o levantamento sistemático e detalhado de todos os danos materiais, ambientais e humanos causados pela mineradora, assim como implementou iniciativas para a criação de dois fundos de recursos, um ambiental e outro socioeconômico, que deverão ser destinados ao financiamento dos custos da recuperação das cidades e da bacia do Rio Doce, bem como



para a formalização de ação judicial conjunta entre União, estados e municípios afetados pelo rompimento da barragem.

A recuperação econômica dos municípios atingidos também foi alvo de atuações governamentais. Foram disponibilizadas duas linhas de crédito, uma no valor de R\$25 milhões para o setor público e outra de R\$ 20 milhões. Municípios e empresas que já contavam com financiamento junto aos bancos tiveram direito a um período adicional de carência de seis meses, a fim de se lograr efetivamente apoio a mitigação dos efeitos econômicos do rompimento da barragem.

A Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE – também atuou de forma significativa em benefício das vítimas da tragédia por meio de ações de assistência social, acolhimento das vítimas, disponibilização de alimentação e vestuário, serviços de saúde e atendimento psicossocial, além da orientação à gestão municipal no processo de cadastramento de famílias e destinação dos recursos federais e estaduais, disponíveis nos fundos municipais de assistência social.